

# Histórias locais, produtores de história e os usos do passado: reflexões sobre o contexto catarinense<sup>1</sup>

*Local Histories, producers of History and the uses of the past: reflections on a regional context (Santa Catarina, Brazil)*

Arnaldo Haas Júnior<sup>2</sup>

**Resumo:** No presente artigo, mais do que tecer considerações sobre os resultados de um itinerário de pesquisa, tenho por objetivo apresentar algumas indagações sobre a debilidade dos estudos sobre história local até então produzidos em Santa Catarina. Partindo do princípio de que as obras de história local aludem a um regime específico de produção do passado, a proposta é defender a relevância de estudos mais aprofundados sobre esta temática.

**Palavras-chave:** historiografia, história local, usos do passado, Estado de Santa Catarina (Brasil).

**Abstract:** Instead of weaving considerations on the results of a research itinerary, this paper intends to present some inquiries on the weaknesses of Santa Catarina's Local History studies. Assuming that all Local History works refer to a specific system for past production, this paper advocates the relevance of further studies on the subject.

**Keywords:** Historiography, Local History, uses of the past, Santa Catarina State (Brazil).

---

<sup>1</sup> O presente artigo tem por vetor central algumas reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada **Horizontes da escrita:** historiografia, uma ideia de região e a monumentalização do passado - Alto Vale do Itajaí, SC (1985-2007), de minha autoria, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (área de concentração em História do Tempo Presente) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina. E-mail para contato: arnaldohj@gmail.com

Em livro recente, Durval Muniz de Albuquerque Júnior apresenta um pequeno artigo, publicado originalmente em 1994, cujo título é bastante sugestivo: “Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil.”<sup>3</sup> O objetivo do artigo é propor uma reflexão sobre a relação entre história e memória, principalmente no que diz respeito aos caminhos de uma escrita da história. Segundo Albuquerque Júnior, principalmente no campo da chamada História Oral observa-se uma “total falta de discussão quanto aos aspectos teóricos e metodológicos que envolvem trabalhar com memórias no campo historiográfico”. Sem dúvida, em se tratando de um artigo escrito na primeira metade da década de 1990, momento em que a História Oral passou a ter maior dimensão no Brasil – em grande parte devido à realização de inúmeros seminários e cursos que procuraram discutir este tema e também através de intercâmbios com pesquisadores do exterior –, realmente é possível falar numa relativa debilidade na forma como grande parte dos historiadores apropriava-se dos depoimentos orais. Contudo, quinze anos depois, após o reconhecimento e institucionalização da História Oral, ocorrida também ao longo dos anos 1990, considero problemática a afirmação de uma “total falta de discussão quanto aos aspectos teóricos e metodológicos associados ao trabalho com memórias”.

Um exemplo claro dos avanços relativos ao trato com a História Oral pode ser encontrado nos trabalhos de historiadores envolvidos com a História do Tempo Presente. A própria legitimidade da História do Tempo Presente, campo que vem se afirmando ao longo dos últimos anos, caminha lado a lado com um refinamento das discussões teóricas e metodológicas que envolvem a História Oral e, num sentido complementar, com o trato das memórias. Neste sentido, os historiadores do tempo presente procuram evitar a reificação das memórias dos entrevistados, fugindo da compreensão dos depoimentos como uma realidade individual ou como a história em si. Ou seja, concebendo a história como uma operação intelectual passível de significações e (re)significações múltiplas, o historiador do tempo presente – não só ele, evidentemente – toma o cuidado de entender os depoimentos orais e as memórias a eles associadas como um ponto de vista sobre o real, ponto de vista este moldado por uma narrativa que lhe confere inteligibilidade. Por este motivo seria possível afirmar que a produção do conhecimento histórico associa-se à violação das memórias. Mas, para além

---

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado - ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

dos condicionamentos impostos à produção do conhecimento histórico de corte acadêmico, existe toda uma gama de narrativas que se dispõe a “resgatar o passado” ou, ainda, “salvaguardar memórias”. Direcionada a este tipo de produção, mesmo nos dias atuais, a crítica feita por Albuquerque Júnior é bastante coerente.

Beatriz Sarlo, em sua obra *Tempo passado*, afirma que “as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio com tanta eficiência como quando foram objeto privilegiado das instituições escolares desde o fim do século XIX”, sendo que boa parte desta produção é confeccionada fora do âmbito acadêmico. Atentas a um tipo especial de demanda, libertas dos rigores de um método e das diretrizes do saber acadêmico, todos os anos pululam novas obras de caráter histórico, memorialístico, genealógico, dispostas a oferecer aquilo que é agradável aos olhos do leitor leigo: unidade sobre as descontinuidades, certezas no lugar de dúvidas, um princípio teleológico organizador e uma relação de causalidade “aplicável a todos os fragmentos de passado, independentemente da pertinência que demonstre com cada um deles em concreto.”<sup>4</sup>

Como é possível notar, Sarlo se utiliza do termo “operações com a história”, ou seja, seu olhar se dirige para um amplo espectro de produções. De fato, ao longo das duas últimas décadas, a preocupação com a perda de sentido do passado e com os acelerados processos de esquecimento tem gerado uma preocupação maior com os assuntos relacionados com a memória e com a história. Este processo se tornou bastante evidente nos últimos vinte ou trinta anos, momento em que se observa uma busca desenfreada por *origens*, sejam elas familiares, institucionais ou setoriais. Um exemplo pode ser observado na proliferação do acesso à rede mundial de computadores e na criação de espaços virtuais de sociabilidade tais como o *Orkut*, cujo estabelecimento de contatos, alguns voltados à recuperação de uma história ou genealogia familiar, alcança parentes muito distantes e até então desconhecidos.

No conjunto dessas iniciativas, a confecção de obras de história local direcionadas à narração ou “resgate” da história de um município, de uma cidade ou de uma região apresenta-se como um tipo específico de ação. Produções dessa natureza não são um fenômeno recente. Contudo, nas últimas décadas, para além de um incremento no número de obras

---

<sup>4</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 11-14.

produzidas, tem havido um contorno mais nítido numa das principais características desses trabalhos: a confusão entre história e memória e entre o que é ser historiador e o que é ser *history maker*, termo que, segundo Marieta Ferreira, é usado para denominar os “autores que escrevem sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica, ou que recolhem depoimentos orais carregando a crença em que o relato individual expressa em si mesmo a história.”<sup>5</sup>

## Histórias locais no contexto da produção historiográfica catarinense

O trabalho com conceitos, definições e classificações, além de problemático, pode ser muito ingrato. Em *As palavras e as coisas*,<sup>6</sup> a partir de digressão suscitada por um conto de Borges, Michel Foucault, cuja inspiração é confessadamente nietzschiana, alerta para a natureza arbitrária das classificações. O mesmo entendimento se estende à elaboração de conceitos. Para Nietzsche, conceituar significa igualar o não igual. Nova arbitrariedade,

[...] a desconsideração do individual e do efetivo nos dá o conceito, assim como nos dá também a forma, enquanto que a natureza não conhece nem formas nem conceitos, portanto também não conhece espécies, mas somente um X, para nós inacessível e indefinível.<sup>7</sup>

Das palavras de Nietzsche emergem duas constatações. Primeira: o conceito é estático, enquanto que o referente a que se vincula pulsa. Atitude problemática, conceituar resulta no congelamento ou obliteração do dinamismo da realidade. Segunda: entregar-se à atividade de conceituação é abraçar os problemas advindos da tentativa de encobrimento de diferenças que não se pode encobrir: latentes, estas sempre retornam para abalar a coerência construída sobre o seu ocultamento. Alguns exemplos, captados em Vitor Meireles, Rio do Oeste e Vidal Ramos, pequenos municípios da região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, podem ser esclarecedores.

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2002, v.1, 2002. p. 65.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. de Salma Tannus Muchail. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 5.

<sup>7</sup> NIETZSCHE, Friedrich W. Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral. In: NIETZSCHE, Friedrich W. **Obras incompletas**. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p. 48.

Possivelmente interessado em munir seus leitores com alguns conceitos/definições fundamentais para a compreensão do livro intitulado *Vitor Meireles: um mergulho no passado*, o autor, Alexandre Avancine, inicia a introdução respondendo à pergunta “o que é história?”. Eis a resposta:

História é **relatar um fato**, ou muitos fatos ocorridos em algum tempo passado. Por exemplo: a vida de uma pessoa, um passeio, a queda de um avião, a invenção do avião, ou do automóvel, bem como a fundação de um lugar, que crescendo torna-se povoado, vila, cidade. **Os fatos que se sucederam formam a história** daquela cidade. [...] A história se divide em **verdadeira**, concreta, por exemplo: a história de Santa Catarina; e história **inventada**, que chamamos de lendas, fábulas. Por exemplo: a lenda do chapuzinho vermelho, a raposa e o tucano, a raposa e a onça (*grifos meus*).<sup>8</sup>

Morador antigo do município de Vitor Meireles, professor do ensino fundamental durante trinta e três anos, ao escrever sobre o local em que passou a maior parte da vida Avancine não abre mão da postura didática. Por este motivo, a exemplo da citação acima, em diversos momentos de sua obra ele apresenta explicações que permitam ao leitor compreender não apenas sua narrativa mas também “a história” do município sobre o qual escreve. Longe de se configurar como exceção, a maneira como Avancine concebe a história e expressa suas intenções em narrá-la facilmente encontra ressonância em outras obras de história local. Logo nas primeiras páginas do livro *Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias*,<sup>9</sup> apontamentos do então prefeito municipal de Rio do Oeste, Valcir Leopoldo Nardelli, fazem menção à expectativa de legar à população uma obra que *resgate* a sua história e que sirva como uma ferramenta a ser usada na sala de aula pelos educadores. Em situação semelhante, contudo alhures, o prefeito municipal de Vidal Ramos, Heinz Stoltenberg, comenta que o livro *Paisagens da memória: a criação do Município de Vidal Ramos*<sup>10</sup> é um trabalho destinado

---

<sup>8</sup> AVANCINI, Alexandre. **Vitor Meireles: um mergulho no passado**. Florianópolis: Papa Livro, 1996. p. 9.

<sup>9</sup> ADAME, Luiz Saulo, ROSA, Tina. **Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias**. Itajaí, SC: S&T Editores, 2004. p. 11.

<sup>10</sup> ADAME, Luiz Saulo, ROSA, Tina. **Paisagens da memória: a criação do município de Vidal Ramos**. Itajaí, SC: S&T Editores, 2004. p. 9.

a todas as faixas etárias, mas sobretudo aos vidal-ramenses de berço ou de coração, pois resgata feitos da gente local e “revela segredos” do passado que irão ajudar a compreender o presente, possibilitando um auxílio para uma projeção mais clara do futuro.

Três obras, três autores, dois comentadores. Entre a escrita, os escritores e os comentários, há um elo moldado por três concepções afins: a ideia da existência de uma “história verdadeira”, passível de ser resgatada; o entendimento da história como fonte de ensinamentos e, portanto, uma ferramenta pedagógica; a concepção da história como baliza para ações futuras. Somando-se a esses elementos os recortes espaciais sobre os quais discorrem – pequenos municípios da região do Alto Vale do Itajaí – seria possível, num primeiro momento, interpretar estas obras como exemplos de “história tradicional local”, uma proposta de enquadramento resultante dos diálogos e estudos estabelecidos por pesquisadores durante vários anos, que situa estes trabalhos no contexto da produção historiográfica catarinense. Sigamos o caminho que levou a este entendimento.

Em 1970, o historiador Walter F. Piazza publicou um artigo intitulado “Elementos básicos da história catarinense”. Em seu texto – um dos cinco presentes numa coletânea cujo objetivo era discorrer sobre os “fundamentos da cultura catarinense” –, como o próprio título indica, Piazza tomou para si a responsabilidade de tecer algumas considerações sobre a história e sobre os escritos históricos relativos a Santa Catarina. Lapidando um pouco os conceitos que compõem o título, o autor afirmou que, por “elementos básicos”, entendia aqueles a partir dos quais o estudioso parte para novas arrancadas. Neste sentido, nas palavras de Piazza, “o elemento básico inicial para o estudioso da História Catarinense deve ser, efetivamente, um primeiro contato com a bibliografia”.<sup>11</sup>

Partindo deste pressuposto, o autor forneceu aos leitores um quadro geral das obras por ele consideradas marcos da historiografia catarinense, uma produção que, do seu ponto de vista, teria se iniciado com os relatos dos viajantes e cronistas que aportaram em Santa Catarina já no século da “Descoberta” ou nos períodos subsequentes. No artigo, Piazza não se preocupa com uma análise aprofundada dos trabalhos historiográficos aos quais se refere: seu objetivo gravita em torno da apresentação de autores e de suas respectivas obras. Desconheço a existência de estudos produzidos em data anterior a esta em que Piazza escreve e que comentem sobre a

---

<sup>11</sup> PIAZZA, Walter F. Elementos básicos da história catarinense. In: SILVA, Jaldyr B. Faustino da et al. **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p.23.

produção historiográfica catarinense. Mas, mesmo que exista algum trabalho desta natureza, o artigo de Piazza mantém a posição de pioneiro pelo menos em um aspecto: encontra-se nele um esboço de análise sobre a produção historiográfica catarinense produzido por um historiador de ofício, cujo discurso é proferido de dentro da academia.<sup>12</sup>

Na década de 1980, mais precisamente em 1985, Valter Manoel Gomes, aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sob orientação de Walter Piazza, defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Formas do pensamento histórico catarinense*.<sup>13</sup> Diferentemente do que se encontra no supracitado artigo de Piazza, o trabalho de Gomes, por se tratar de uma dissertação, apresenta uma discussão mais aprofundada sobre os delineamentos da historiografia catarinense. Segundo a historiadora Janice Gonçalves,

Valter Gomes associa os diferentes momentos da historiografia catarinense à ‘evolução lítero-científica de Santa Catarina’, sua proposta de periodização seguindo de perto as fases da literatura catarinense conforme estudiosos como Osvaldo F. Melo e Celestino Sachet.<sup>14</sup>

Celestino Sachet, por exemplo, afirmava que os estudos históricos em Santa Catarina dividiam-se em três etapas: 1º.) apresentação do fato histórico como simples acontecimento provocado pelo indivíduo, até fins do século XIX; 2º.) preocupação com os aspectos sociológicos e culturais da colonização, até a década de 1960; 3º.) presença de estudos setorializados, com o rigor da pesquisa científica na coleta de dados e respectiva interpretação, nos últimos vinte anos. Uma vez que o texto é de 1985, há que se considerar que ele se refere também aos trabalhos produzidos no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFSC, sendo que, na última das três etapas, Sachet faz menção à “grande presença de autodidatas, distribuídos por todo o Estado”, uma atividade que, segundo

---

<sup>12</sup> Egresso do curso de História da Faculdade Catarinense de Filosofia (que mais tarde foi incorporada à Universidade Federal), Walter Piazza ingressou no quadro de professores desta instituição. Na década de 1970 ele é um dos professores efetivos do curso de História da UFSC.

<sup>13</sup> GOMES, Valter Manoel. **Formas do pensamento histórico catarinense**. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em História). UFSC.

<sup>14</sup> GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social). USP. p. 32.

o autor, “presta preciosa colaboração no levantamento de fontes primárias”.<sup>15</sup>

Voltando a Valter Gomes, ainda que ele tenha tomado por base para sua proposta de periodização da historiografia a periodização da literatura catarinense, seu entendimento difere daquele apresentado pelo escritor Celestino Sacht. Havia, no entendimento de Gomes, cinco fases (ou períodos) para a historiografia catarinense. Não considero pertinente determe na apresentação de cada um desses períodos. Meu interesse recai apenas sobre aquele que Gomes considera ser o quinto período, a partir de 1948, momento em que teria nascido a historiografia catarinense e com ela “[...] uma comunidade científica, controladora, inovadora, incentivadora; o historiador passou a cultivar uma severa autocrítica, tanto em relação à seriedade da pesquisa, quanto à utilização de conceitos e a adoção de valores [...]”.<sup>16</sup>

Captando genericamente as ideias de Gomes, é possível afirmar que a partir da década de 1980 houve um aumento significativo da preocupação em relação aos aspectos teórico-conceituais, metodológicos e narrativos do fazer historiográfico. Esta maior preocupação trouxe consigo também o interesse pela constituição de uma identidade própria para os historiadores, identidade esta que, mesmo não agindo como critério de homogeneização, foi acionada visando à diferenciação entre uma produção pretérita e aquela mais recente. E, na interpretação de Gonçalves, isso fica mais claro em meados dos anos 1990, pois, a partir de então

[...] é possível detectar o esforço em caracterizar um determinado tipo de produção historiográfica, genericamente entendida como “tradicional”, que teria prevalecido até recentemente em Santa Catarina. Em linhas gerais, seria uma produção que adotaria uma perspectiva linear, factual, acrítica, excludente, “positivista”. A produção da “nova geração” de historiadores catarinenses, por sua vez, realizaria quase que uma inversão das características do modelo tradicional – portanto, proporia uma história não linear, não factual, problematizadora, crítica, valorizadora dos

---

<sup>15</sup> SACHET, Celestino. **A literatura catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. p. 306.

<sup>16</sup> GOMES, **Formas do pensamento histórico catarinense**, op.cit. p. 38.

grupos e sujeitos tradicionalmente excluídos dos discursos sobre a história catarinense.<sup>17</sup>

Embora sua análise tenha aproveitado várias outras fontes, no primeiro capítulo da tese a autora parte principalmente da leitura das ideias contidas em dois artigos e em uma trilogia. Esta última iniciou-se com a obra *Santa Catarina: estudos contemporâneos*,<sup>18</sup> lançada em 1999, à qual se seguiram *História de Santa Catarina no século XIX*<sup>19</sup> e *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*.<sup>20</sup> Compostas por coletâneas de artigos, em sua maioria escritos por historiadores apresentados como pertencentes à “nova geração”, estas três obras, dentre outras características, assemelham-se devido ao fato de comporem-se como exemplos da chamada “história-problema”. Os três volumes totalizam vinte e sete autores. Dois desses “novos”, historiadores de ofício, antes de marcarem presença nesta trilogia escreveram os artigos usados por Gonçalves em sua pesquisa: Cristina Scheibe Wolff e Norberto Dallabrida. Ambos constroem outras propostas de classificação e periodização da historiografia catarinense. Em um dos casos encontrei informações que vão ao encontro das questões que me são caras.

Escritos em meados da década de 1990, num período em que boa parte dos “novos” historiadores estava acessando ou já havia acessado o quadro de professores efetivos dos cursos de história das universidades públicas do estado, os artigos de Cristina Scheibe Wolff<sup>21</sup> e de Norberto Dallabrida,<sup>22</sup> respectivamente, apresentam alguns indicativos sobre a forma como esses autores concebem o itinerário da produção historiográfica no Estado de Santa Catarina. A leitura desses textos, principalmente o de Wolff, deixa claro que a intenção dos autores não é estabelecer qualquer

---

<sup>17</sup> GONÇALVES, **Sombrios umbrais a transpor**, op.cit., p. 24. Na primeira das três partes em que dividiu sua tese de doutorado, Gonçalves focaliza a historiografia sobre Santa Catarina, problematizando as tensões entre “a nova geração” (muito identificada ao meio universitário), e os representantes da “história tradicional” (em geral associados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina), abordando as condições e locais de produção de trabalhos históricos, bem como as formas de disseminação.

<sup>18</sup> BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

<sup>19</sup> BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001.

<sup>20</sup> BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: UFSC, 2004.

<sup>21</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

<sup>22</sup> DALLABRIDA, Norberto. A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 4, p. 9-19, 1996.

tipo de conceituação estanque, mas incitar uma provocação que fomente um maior debate sobre o tema.<sup>23</sup>

Segundo Wolff, a produção historiográfica recente (desenvolvida a partir de 1940) pode ser subdividida em três grupos principais, divisão esta pautada na delimitação do objeto de estudo de cada historiador. O primeiro grupo seria formado por obras que se pretendem estaduais e que geralmente priorizam a exposição de eventos políticos de âmbito estadual. O segundo grupo engloba trabalhos que enfocam os âmbitos municipais, locais. O terceiro grupo, por sua vez, denominado de “história temática”, foge de qualquer expectativa de enclausuramento em conceitos estanques, sendo possível afirmar apenas que o termo oferece a possibilidade de inserção da noção de perspectivismo no trabalho historiográfico. É a partir de problemas que o historiador compõe sua escritura.

As obras que se pautam na chamada “abordagem estadual tradicional”<sup>24</sup> guardam, entre si, semelhanças expressas pela preocupação com personagens ilustres, políticos, empresários, religiosos e com biografias e cronologias referentes a estes personagens. Detecta-se nelas a chamada “história vista de cima” e uma defesa da objetividade legitimada pela utilização de fontes oficiais. Traçando um paralelo com o segundo artigo, de acordo com Dallabrida os grandes representantes dessa forma de se escrever a história teriam sido Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza. Dallabrida afirma também que, apesar das diferenças relativas às especificidades próprias do tempo em que viveram, assim como de formação intelectual, a obra desses três autores pertence ao mesmo momento historiográfico da chamada História Tradicional. Marcadas pela narração dos acontecimentos, dos “fatos”, é comum nestas obras a omissão das fontes utilizadas para a sua confecção, mas o que

---

<sup>23</sup> Na parte inicial de seu texto, Wolff comenta que os motivos que suscitaram a elaboração do artigo foram as situações com as quais se envolveu como professora da UFSC, assim como nos cursos para professores da rede estadual de ensino, que a teriam colocado frente ao quase absoluto desconhecimento, por parte desse público, da existência de várias produções historiográficas, de diversas tendências teórico-metodológicas, sobre Santa Catarina. Por este motivo, seu objetivo nada mais era do que apresentar uma “espécie de *classificação* provisória da historiografia catarinense recente”. A autora conclui afirmando que a classificação foi elaborada também como um *instrumento didático*. Ver WOLFF, *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*, op.cit., p. 6.

<sup>24</sup> Wolff afirma que “foi bastante difícil encontrar um termo para descrever esta tendência historiográfica tão significativa em nosso Estado”. Por este motivo, a autora diz que adotou este termo tomando por referência as contribuições de Peter Burke na abertura do livro **A escrita da história**. Ver WOLFF, op.cit., p. 8. Para maiores informações sobre a forma como Peter Burke concebe o termo “história tradicional”, ver: BURKE, Peter. **A escrita da história**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

chama a atenção é a frequência com que esses trabalhos são utilizados como referência na produção historiográfica de âmbito local.

De maneira geral, os estudos sobre a historiografia constroem-se numa perspectiva dialógica. O(a) pesquisador(a), ao tratar sobre determinado tipo de produção historiográfica, estabelece um diálogo virtual com estudiosos que lhe precederam. Este diálogo pode se processar tanto com aqueles que construíram um discurso sobre a história (uma produção historiográfica), quanto com aqueles que efetuaram estudos sobre este discurso (neste caso, na perspectiva dos estudos sobre a historiografia).

Do ponto de vista dos estudos acadêmicos, Walter Piazza foi o primeiro pesquisador a propor uma análise sobre a produção historiográfica catarinense. Sua proposta foi um dos motes pelos quais Valter Gomes conduziu suas próprias considerações. Entre estes dois pesquisadores e a sugestão seguinte, suscitada por Cristina Wolff em 1994, há um hiato, pois Wolff não faz menção nem ao trabalho de Gomes, nem à proposta de Piazza. Dois anos depois, Norberto Dallabrida efetua suas próprias considerações, utilizando parte das indicações de sua antecessora. Na sequência dessas produções surge aquele que pode ser considerado, ao menos provisoriamente, o mais completo trabalho relativo à historiografia sobre Santa Catarina: a tese de doutorado de Janice Gonçalves.<sup>25</sup> Esta historiadora estabelece um diálogo com todos os estudos, comentários e expectativas de classificação comuns aos pesquisadores que até então citei. Contudo, possivelmente por não se tratar de uma preocupação da autora, em sua escrita não há uma análise mais aprofundada sobre o tipo de produção historiográfica que, excetuando-se os livros didáticos, arrisco afirmar ser a que mais facilmente pode ser encontrada em residências de leitores leigos: as obras de história local.

Retornando ao artigo de Wolff, no segundo grupo de sua classificação aparecem as obras pautadas numa “abordagem local tradicional”.<sup>26</sup> Encontrar-se-ia identificada sob esse título uma quantidade significativa de trabalhos produzidos em nível municipal, alavancados pelo esforço solitário de historiadores, muitas vezes amadores, que pretendem “resgatar” o passado. Herdeira de muitas características daquelas obras do primeiro grupo (“abordagem estadual tradicional”), a exemplo do viés laudatório a personagens ilustres, a abordagem efetuada por este tipo de

---

<sup>25</sup> GONÇALVES, **Sombrios umbrais a transpor**, op.cit.

<sup>26</sup> WOLFF, *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*, op.cit. p. 8.

obra desvincula a história local de um contexto mais amplo, como se esta fosse autossuficiente e gravitasse em torno de um centro próprio.<sup>27</sup>

A análise de Wolff é importante na medida em que aborda um tipo de produção historiográfica que normalmente permanece à margem das discussões realizadas no âmbito acadêmico. Contudo, embora seja possível entender as motivações didáticas que resultaram nesta classificação, o plano genérico e a utilização do rótulo “história local tradicional” não favorecem uma compreensão mais nítida sobre o que vêm a ser estes trabalhos. Uma vez que todas as obras de história local são colocadas no mesmo plano, não se explicitam particularidades passíveis de serem detectadas nesses escritos. Embora Wolff cite exemplos para fundamentar suas afirmações,<sup>28</sup> há que se levar em consideração que autores das mais diversas formações intelectuais, com variados motivos e interesses, escrevem obras de história local, fato este que justifica um olhar mais atento sobre o produto do seu trabalho.

### **Análise historiográfica? História local?**

Levando-se em conta que boa parte das obras de história local é escrita por indivíduos sem formação específica na área de história, seria possível sustentar a afirmação de que tais trabalhos podem ser alvo de uma “análise historiográfica”? Aparentemente esta não é uma pergunta coerente, pois ela parte do pressuposto de que a historiografia só existe como resultado do trabalho de historiadores de ofício, aqueles pertencentes a um grupo específico: uma comunidade disciplinar com suas regras próprias. Todavia, para além da simples invalidação do seu fundamento, um pouco mais de atenção sobre esta pergunta induz à reflexão sobre o próprio conceito de historiografia e, como um desdobramento possível, sobre uma possível conceituação para “história local”.

A coletânea *A história escrita: teoria e história da historiografia*, por exemplo, reúne o que seu organizador, Jurandir Malerba, afirma não se tratar de mera “coletânea de textos perdidos em revistas espalhadas pelo mundo, mas um produto intelectual, fruto de inquietações e problemas

---

<sup>27</sup> Ao atribuir esta característica às obras de história local, Wolff baseia-se em SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.19, set.89/fev.90. p. 227.

<sup>28</sup> Em seu artigo, Wolff comenta sobre algumas obras de Licurgo Costa, sobre a região da cidade de Lages e sobre Oswaldo Cabral, autor que, mesmo figurando como um dos grandes nomes da chamada “abordagem tradicional estadual”, também escreveu obras sobre história local.

presentes no trabalho dos historiadores”.<sup>29</sup> Para tanto, nela encontram-se escritos que procuram empreender uma reflexão teórica acerca do conceito de historiografia e uma reflexão crítica sobre a epistemologia da história, redigidos por autores das mais distintas tradições nacionais e simpatias teóricas.

Em quatro dos dez artigos presentes na obra, a preocupação central dos autores gravita em torno do conceito de historiografia e do estatuto teórico do texto historiográfico. Nesses textos, há contribuições para a ampliação e oxigenação do termo historiografia, mas não se chega a um conceito final, síntese de possibilidades múltiplas. Em verdade, não há por parte dos autores qualquer expectativa de fechar esta questão, mas sim de apresentar algumas ideias que sirvam como balizas para uma reflexão sobre alguns caminhos pelos quais transita a escrita da história. Assim, para o próprio Malerba, em meio a um reino de práticas culturais de narração histórica e de diferentes manifestações do construto mental chamado história,

[...] “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a existência social de um historiógrafo, caracterizado por um certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social (*grifo do autor*).<sup>30</sup>

Ainda segundo Malerba, a historiografia se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica: este sentido remete às elaborações discursivas sobre eventos pretéritos (uma história escrita); aquele, ao processo reflexivo sobre os diversos elementos envolvidos na construção dessas elaborações discursivas (no sentido de uma análise sobre a história escrita). Além disso, mais do que uma narrativa sobre os feitos passados, a historiografia é também o produto de práticas culturais necessárias de orientação social: em sua tessitura abrigam-se traços de vivências, experiências e visões de mundo da sociedade na qual ela é produzida e sobre a qual ela pretende discorrer.

---

<sup>29</sup> MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 7.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 22.

Levando em consideração a questão que me é cara, e tomando por base a proposta de Malerba, é possível sustentar uma hipótese: mesmo sendo limitada ao meio da escrita, a historiografia não se limita ao âmbito dos “historiógrafos profissionais” ou “historiadores de ofício”. Assim sendo, uma “análise historiográfica” pode tomar por objeto um conjunto de escritos mais amplo do que aquele produzido por profissionais com formação específica na área de história. Antes de tomar esta hipótese como válida, de imediato, vejamos primeiro o que diz Michel de Certeau a esse respeito.

Em seu *A escrita da história*, publicado originalmente em 1975, Certeau encara a historiografia como uma operação que envolve “a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”.<sup>31</sup> Tratando a historiografia como uma operação, como uma construção datada e entregue a remodelações, ele postula que o texto historiográfico, ou seu referente, a escrita sobre o passado, adquire uma forma associada aos saberes que norteiam o trabalho do historiador, às relações de poder que o induzem a escolher este ou aquele material e a uma carga inextirpável de subjetividade.

Do meu ponto de vista, considero que há, porém, na interpretação que Certeau faz da historiografia, uma forte inclinação em associá-la ao trabalho de profissionais cuja atuação é regida pelas diretrizes de um saber instituído (neste sentido, uma disciplina).<sup>32</sup> Decorre daí que, pelo menos em tese, a proposta de Certeau seria mais apropriada quando utilizada como uma ferramenta para a análise de produções históricas resultantes do trabalho de historiadores de ofício. Contudo, esta suposta inclinação não invalida a apropriação das ideias de Certeau como um suporte para o estudo de obras não adstritas a um saber institucionalizado, a fim de inserir as obras de história local no espectro de discussões de uma “análise historiográfica”. Resta saber em que consiste, ou melhor, como pode ser concebida a “história local”.

Em uma interpretação possível, história local seria concebida como uma história que tem como objeto um território circunscrito e conformado por semelhanças, sejam elas geográficas, administrativas, de formação

---

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 66.

<sup>32</sup> Ao comentar sobre a proliferação de trabalhos históricos romanescos ou legendários, Certeau afirma que estes não produzem transformações no campo da cultura. Por este motivo, Certeau afirma que em história (historiografia) é científica a operação que transforma o meio, que confere ao passado a posição de produto, e não de um dado em si. Ver CERTEAU, op.cit. p. 80.

histórica ou de experiências socioculturais. Mais ainda, ela é, sobretudo, compreendida como local por emprestar relevo a fenômenos, episódios, relações, práticas e representações peculiares, em contraste com fenômenos, episódios, relações, práticas e representações similares exibidos ou reconhecidos como gerais e, portanto, objetos de uma história mais ampla, nacional ou mundial; ou mesmo por silenciar ou menosprezar as relações entre uns e outros, entre o local e o geral, nacional ou mundial. Claro está que, muitas vezes, isso não é resultado de uma simples escolha quanto à escala, dimensão ou alcance do objeto de pesquisa, mas sim de um jogo de forças, travado para definir quem ou o que tem a primazia de aparecer e ser reconhecido como geral (ou seja, um centro produtor e regulador de periferias) e quem tem de se contentar em ser peculiar (ou seja, um espaço e tempo em que, para além das reverberações do centro, acontecem manifestações particulares).

Optando por uma concepção mais flexível para o estatuto do texto historiográfico e encarando as obras de história local – interpretadas de acordo com a proposta anterior – na perspectiva apresentada por Certeau, como uma operação que envolve um *lugar social de produção, procedimentos de análise* e uma *escrita*, seria possível levantar algumas importantes questões: quem escreve estas obras? Por quais motivos e interesses? Quais são suas vinculações sociais, políticas, profissionais, institucionais? Quem financia seu trabalho? Qual a relação que mantêm com a cidade sobre a qual escrevem? Como distinguir, via conceitos exploratórios, os autores entre si? Qual a concepção de história por eles defendida abertamente ou subentendida em suas escritas? Quais são as fontes utilizadas e como trabalham com elas? Como constroem sua narrativa? Não seriam os autores portadores de um estilo próprio de escrita?

Partindo do princípio de que a função exercida pelos autores (sejam eles amadores ou “de ofício”), na ordem política e social, reverbera no discurso que eles proferem sobre o passado – o que não significa necessariamente dizer que são presas dóceis de um conjunto de determinações que lhes são alheias ou, ainda, que sua escrita seja um mero reflexo de tais determinações –, há que se levar em consideração certo grau de dependência em relação a fatores externos que, por vezes, longe de serem entraves, conferem legitimidade para os seus trabalhos. Um desses fatores pode ser apontado de imediato: a instituição/nomeação de vozes autorizadas a apresentar a um determinado público um discurso sobre o passado (resultado de um processo de pesquisa, seleção e articulação de evidências empíricas moldadas por uma narrativa). Diferenciar estas vozes pode ser um

bom ponto de partida na busca por respostas para os questionamentos supracitados.

### **“Produtores de história” e outros conceitos exploratórios**

Em momento anterior, comentei que a elaboração de um estatuto para o texto historiográfico não é algo simples. Dentre outras questões, uma reflexão sobre o assunto implica na necessidade de se lançar clareza sobre as expressões que revestem os sujeitos envolvidos com a escrita da história. Dada a variedade extremamente ampla desses sujeitos, tal atitude torna-se igualmente complexa. Mas, para o caso específico das obras de história local, penso que a elaboração de alguns “conceitos exploratórios” tende a contribuir na compreensão desses escritos. Ao tomar este caminho procurarei demonstrar que meu ponto de partida será, inevitavelmente, meu ponto de chegada.

A caracterização que apresentei para “história local” cria as condições para o estabelecimento de um elo entre seus autores, pois os objetos sobre os quais empreendem suas análises têm contornos semelhantes. Mas, do ponto de vista conceitual, penso que a única maneira de colocar todos sob o mesmo teto seria considerá-los como “produtores de história”. De fato, independente da formação intelectual, vinculações institucionais, inclinações idiossincráticas, todos os autores de história local são produtores de história. Certamente, a partir dessa categoria ampla surgem especificações representadas, por exemplo, pelos termos “historiador de ofício”, “historiador amador”, “memorialista” ou, ainda, “*history maker*”. Como vimos, Marieta Ferreira interpreta este último como sendo o autor que escreve sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica, e que concebe os relatos orais como sendo a própria história. Mantendo a caracterização nestes termos, seria de se supor que o historiador de ofício, o profissional, além de relativizar os relatos orais, efetua seu trabalho sob o rígido controle de imperativos acadêmicos, sejam eles quais forem. Mas quem é ou pode ser considerado um historiador de ofício?

Em primeiro lugar, do ponto de vista legal, não existe em nosso país o reconhecimento da profissão “historiador”, o que implica na não existência de um estatuto formal que defina o que é ser ou não um historiador. Nesta seara, as deliberações existentes dizem respeito apenas à prática docente e não à atividade de pesquisa. Por este motivo, uma caracterização para o termo deve ser construída sobre outras bases e

premissas. Uma delas diz respeito ao fato de que uma “identidade” para o historiador depende tanto da existência de uma autoconsciência, ou seja, de uma intenção deliberada de produzir um texto de história, quanto do reconhecimento externo de que tal texto seja um trabalho de história. Ambas as situações remetem, direta ou indiretamente, para outro diacrítico: a formação específica na área de história (uma disciplina).

Não pretendo aprofundar esta discussão, pois meu objetivo é apenas desenvolver um conceito exploratório. Mas, levando-se em consideração a existência de muitos trabalhos de história de excelente qualidade produzidos por autores que não possuem formação específica nesta área, assim como a existência de trabalhos de qualidade duvidosa de autoria de “historiadores formados”, creio que imputar a um historiador a condição de “profissional”, “de ofício”, baseando-se apenas no critério “formação acadêmica”, seria, no mínimo, temerário. Uma possível saída para este impasse seria buscar uma caracterização para o historiador de ofício (ou para o seu trabalho) tomando por base alguns elementos e atitudes que surgiram ou tornaram-se explícitos a partir das discussões empreendidas por várias gerações de historiadores que se dedicaram à reflexão sobre o ofício do historiador. Dentre estes elementos e atitudes, alguns são particularmente importantes: a reflexão sobre cada etapa e implicação deste ofício; o reconhecimento por parte de seus pares (uma comunidade científica); a elaboração de pressupostos teóricos e metodológicos e de problemas de pesquisa; a articulação de hipóteses; a organização e a crítica de uma massa documental; o cruzamento de informações; a compreensão do caráter parcial e fragmentário de cada um dos discursos que são elaborados sobre o passado. Além disso, mais do que narrar o passado, o historiador de ofício procura compreender os mais variados aspectos relacionados com seu objeto de estudo, visando entender e explicar os eventos históricos em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas.

É interessante notar que, mesmo que a formação acadêmica não seja um critério suficientemente eficaz para definir um historiador profissional, sua ausência, pelo menos na atualidade, em meio à existência de um elevado número de instituições de Ensino Superior nas quais cursos de História são oferecidos, certamente é um elemento usado na caracterização dos historiadores amadores. Certo está que este elemento não é exclusivo nem absoluto. A ele seria possível ajuntar, para citar apenas alguns exemplos presentes em obras de história local, a ausência de discussão, por parte dos autores, sobre o caráter parcial de suas versões sobre a história local, a

ausência de problematização das fontes e o caráter meramente descritivo de suas narrativas.

Embora nutram grande afinidade com os historiadores amadores, inclusive podendo ser reconhecidos como tais, os “memorialistas” apresentam características que lhes são próprias. Em primeiro lugar, há em seus trabalhos um nítido vínculo afetivo com o local sobre o qual escrevem. Por este motivo, não é raro ocorrer uma idealização exacerbada dos eventos passados, tanto aqueles por eles presenciados, quanto aqueles sobre os quais tomaram conhecimento através da memória coletiva. Utilizadas, em grande medida, com o intuito de destacar o local ao qual se referem, as memórias (pessoais ou fragmentos da memória coletiva) tendem a salientar as melhores qualidades do local e, conseqüentemente, dos seus moradores, obliterando máculas associadas a certos eventos passados. Vale lembrar que não considero memorialista apenas o autor que escreve sobre o passado local utilizando-se tão somente de relatos de memória: o que o caracterizaria seria a importância que tais relatos teriam na seleção das evidências empíricas passíveis de uso na representação do passado local.

Tomando por válida a maneira como Marieta Ferreira interpreta os “*history makers*”, é possível concluir que tanto os historiadores amadores quanto os memorialistas enquadram-se nesta classificação, pois, para além dos documentos textuais por eles mobilizados, há em seus escritos uma relação de equivalência entre os relatos orais e a história, assim como um desprendimento em relação aos condicionamentos acadêmicos. Por este motivo, nas condições em que é apresentado, o termo “*history makers*” não seria mais do que um neologismo que, do meu ponto de vista, cresceria em relevância caso pudesse ser ressignificado à luz de uma questão levantada por Beatriz Sarlo.

As considerações desta intelectual argentina sobre o ingresso das operações com a história no mercado de bens simbólicos abrem espaço para a reflexão sobre os tipos de estratégias utilizadas por autores em sua busca por respaldo junto a um público leitor. Não tendo por alvo o restrito círculo acadêmico,

A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isto não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário

social contemporâneo, cujas impressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite.<sup>33</sup>

Claro está que Sarlo nem sequer menciona o termo “*history maker*”. Por outro lado, em suas palavras é possível captar as condições para a emergência de uma categoria mais aberta e muito mais ligada à atualidade, algo que, sem maiores problemas, poderia facilmente ser classificado como “*history merchant*”. A preocupação com um público composto em sua maioria por leigos, aos quais seria necessário oferecer mais respostas prontas do que um conjunto de hipóteses, é um dos motes pelos quais se constituiria a narrativa do tipo de história produzida pelos “*history merchants*”. Neste sentido, não há como sustentar, por exemplo, uma concepção reducionista que embase a diferenciação entre o historiador de ofício e o *history merchant* no critério “formação acadêmica” – o que permitiria, na maioria dos casos, conferir ao “comerciante de história” à condição de amador, diletante – pois tal atitude desconsideraria que um elemento central na elaboração dos trabalhos dos *history merchants* é exatamente aquilo que se poderia chamar de *estratégia de ação*.

Não há como negar que, ao escrever as últimas páginas, inevitavelmente suscitei a lembrança do alerta de Foucault a respeito da natureza arbitrária das classificações. Esta atitude se explica: por mais arbitrárias que sejam as classificações, elas são, sem dúvida, indispensáveis à compreensão de vários fenômenos e processos. No que diz respeito a uma análise sobre obras de história local, há que se considerar a necessidade de instrumentos analíticos condizentes com este objeto e com os questionamentos sobre ele lançados. Estabelecer a diferenciação entre os autores, o objetivo anterior, só é viável a partir da utilização de critérios apropriados para fazê-lo. Por outro lado, diante das fronteiras porosas de cada uma das classificações acima elencadas, o que permite que um mesmo autor, em seu trabalho, desempenhe funções distintas, sinto-me inclinado a concluir que, para uma análise restrita aos textos das obras de história local, fugir da polissemia discursiva associada à expectativa de definição dos autores (sem, contudo, desconsiderar suas especificidades) é a atitude mais coerente. Isto se torna possível caso todos os autores sejam mantidos sob o mesmo teto conceitual, ou seja, “produtores de história”. Nenhum deles perderá sua impressão digital: seus escritos os denunciarão.

---

<sup>33</sup> SARLO, *Tempo passado*, op.cit. p. 13.

Historiadores profissionais, amadores, memorialistas, “genealogistas”, *history makers* ou *history merchants*: produtores de história, agentes da elaboração de histórias locais. Cada uma dessas denominações poderia ser associada ao que Sarlo, crítica literária, interpreta como sendo um regime distinto de produção do passado. Ainda segundo Sarlo, estabelecer uma hierarquia valorativa baseada na qualidade ou veracidade do que é produzido entre este regime e aquele de corte acadêmico seria incoerente. Isto significa afirmar que, em meio à coexistência de diferentes passados, produzidos como uma resposta à demanda de diferentes públicos, elaboram-se estratégias diferenciadas de escrita sobre os eventos pretéritos. Concordo apenas em parte com esta ideia. Se, eventualmente, uma hierarquia valorativa for empreendida a partir de parâmetros díspares, como, por exemplo, a utilização apenas de instrumentos de análise reconhecidamente acadêmicos na exegese de obras de historiadores amadores, certamente alguns problemas surgirão. Por outro lado, uma vez que tais instrumentos sejam acionados, levando-se em consideração e interagindo com um conjunto de concepções e procedimentos próprios ao *trabalho* dos autores que se dedicam à confecção de obras de história local, existem, sim, condições de se empreender uma valoração de suas obras. Não se trata simplesmente de enaltecer ou depreciar tais trabalhos, mas de disputar com clareza e consciência o jogo da enunciação legítima, da voz autorizada. Tal atitude torna-se possível, dentre outras maneiras, confrontando-se narrativas ou, num sentido mais amplo, *escritas* da história. Não seria esta uma atitude condizente com a interpretação dos usos que hoje se fazem do passado?